

**A visão
da
Sociedade
Civil
sobre
a Proposta
do PESOE
2023**

 **FORUM
DE MONITORIA
DO ORÇAMENTO**

FMO 
mais
ELEVANDO O VALOR DO
DINHEIRO AO SERVIÇO DO CIDADÃO
MONITORIA DA GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

**ELEVANDO O VALOR DO DINHEIRO AO SERVIÇO
DO CIDADÃO – MONITORIA DA GESTÃO DE
FINANÇAS PÚBLICAS**

18 de Novembro de 2022



Estrutura

ASPECTOS MACRO-ECONÓMICOS

ANÁLISE SECTORIAL

SAÚDE,

ÁGUA E SANEAMENTO,

AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL,

EDUCAÇÃO

RECOMENDAÇÕES

Aspectos macro-económicos

O PESOE 2023 destaca que para o ano 2023 espera-se que a inflação seja (11,5%) e a taxa de crescimento económico real seja (5%). Estes dados sugerem expectativas de elevado crescimento económico ao mesmo tempo que se espera uma elevada taxa de inflação. A pergunta que surge é como o governo planificou-se para ajudar as famílias, mais vulneráveis a lidar com o elevado custo de vida derivado das pressões inflacionárias (por exemplo, no caso de alimentos básicos e transporte)?

o Governo anuncia que o ano de 2023 vai ser marcado por reformas profundas da política tributária, com maior destaque para a redução da alíquota fiscal do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em 1 ponto percentual (de 17% para 16%) por forma a estimular o consumo e redução de preços. Um cenário que não colheu aprovação do sector privado por ser uma redução insignificante, o que coloca em cheque o alcance deste objectivo.

Ainda no âmbito das reformas de política tributária, o governo prevê maior mobilização de recursos internos através do Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares com a introdução da Tabela Salarial Única (TSU), um instrumento interpretado por maior parte dos sectores como “mal concebido” e que apresenta um risco eminente de cair em desuso, pelo que não é garantido incremento das receitas do IRPS na magnitude de 0,1 pontos percentuais do PIB, conforme previsto.

Cont.

Pacote de Aceleração Económica pelo que é importante que o Governo apresente de forma transparente o impacto orçamental deste pacote e um mecanismo de transmissão que demonstre em que medida o mesmo irá beneficiar os sectores económicos e sociais. Doutra forma torna-se um pacote de difícil monitoria e ambíguo no que tange aos resultados esperados.

As receitas públicas poderão aumentar influenciadas pelo início de produção e exportação do gás. Contudo, o aumento não será significativo, assumindo que a previsão no cenário fiscal para 2023 é de apenas MZN 1,2 mil milhões em receitas do gás da plataforma Coral Sul, ou seja, 0,2% da despesa pública total.

Em geral, o aumento das receitas públicas dependerá das expectativas de crescimento do resto da economia cujo crescimento está vulnerável ao cenário de incerteza global agravado pela guerra na Ucrânia, com efeitos negativos no crescimento económico devido a pressões inflacionárias e adopção de políticas monetárias restritivas por bancos centrais de vários países ao redor do mundo, incluindo Moçambique;

A dívida pública poderá aumentar devido às pressões sobre a despesa pública.

Portanto,

Existem inconsistências entre alguns dos objectivos do governo e as acções tomadas para o alcance dos mesmos a curto e longo prazos.

Por exemplo, o governo apresenta a consolidação fiscal como um dos seus objectivos principais.

Entretanto, a introdução da TSU e do PAE visando alcançar o objectivo de estimular a economia e promover o crescimento económico contrariam os esforços de alcançar a consolidação fiscal através da redução das despesas públicas e alcance do equilíbrio entre estas e as receitas públicas.

Esta contradição tem efeitos negativos na planificação e na execução da despesa pública.

A ausência de indicação do pacote financeiro para a implementação da TSU e do PAE são indicativo das dificuldades que o governo tem em balançar o alcance de ambos objectivos (consolidação fiscal e crescimento económico) pois, se por um lado o governo demonstra disposição para expandir gastos e estimular a economia (com a TSU e o PAE), mas por outro lado, depara-se com a restrição de manter o equilíbrio entre as receitas e as despesas, num contexto onde a dívida pública tende a ultrapassar os limites de sustentabilidade convencionais;

Nota Prévia

Os sectores da defesa e o Ministério do Interior são os sectores que mais crescem do ponto de vista orçamental, eventualmente explicado pelos desafios de segurança que o país enfrenta.

Como é que o governo assegura a transparência na utilização destes recursos? Existe alguma perspectiva de realizar auditorias aos recursos que são alocados para a segurança do país. A bem da transparência e prestação de contas, uma vez que recursos significativos, que poderiam ir para os sectores sociais como infra-estruturas, agricultura, saúde, educação, estão a ser canalizados para a Defesa e Segurança num quadro de bastante opacidade.

Análise sectorial-Saúde

o Governo prevê um crescimento em 8,7% do sector da Saúde e Acção Social. Este crescimento representa um acréscimo de 0,1pp em relação a previsão do PESOE de 2023. O Governo justifica o crescimento do sector como reflexo da manutenção da taxa de cura de crianças tratadas da desnutrição aguda em 80,0% e de 95,0% de crianças menores de (1) um ano completamente vacinadas.

A primeira questão que se pode colocar em relação a esta previsão relaciona-se ao mecanismo pelo qual, a manutenção da taxa de cura de crianças tratadas da desnutrição aguda irá impulsionar o crescimento do sector em 8,7% e este, por sua vez, contribuir para que se alcance um crescimento em 5% do PIB anual em 2023.

Para 2023 foi atribuído ao sector da saúde o montante de 35.833,9 mil milhões de MT, representando 7,6% da despesa total.

Cont.

Sobre o sector de saúde, o PESOE 2023 se contraria ao apresentar cifras diferenciadas sobre a expectativas de gastos neste sector bem como revela a contínua negligência do governo a este sector que mais uma vez não tem cumprido com o compromisso internacional de alocar pelo menos 15% dos recursos durante todo o período de governação até então, comprometendo gradualmente o alcance das metas previstas no PQG 2020 – 2024.

A prioridade I-Desenvolver o Capital Humano e Justiça Social da matriz do PESOE 2023 do CSRECM, prevê Expandir o Acesso e melhorar a qualidade dos Serviços de Saúde no programa de controlo e prevenção de doenças. Para tal prevê-se uma provisão de medicamentos as unidades sanitárias em torno de 85% para 2023 orçado em 290 mil Meticais. Este indicador matem-se em com mesmo orçamento e meta de 2022. Qual é a explicação?

No sector, o governo contratar menos profissionais de saúde que os previstos para 2022, na ordem de 1927. O que explica esta redução?

Água e saneamento

Em relação ao sector de água e saneamento persiste o tratamento destes dois sectores num único, com o agravante de enquadrá-lo no sector de Obras Públicas e Habitação ficando assim diluído com outros sectores deste grupo dificultando o entendimento sobre o montante efectivamente alocado para um ou outro, ou seja, dos cerca de 1% da despesa total alocada a estes sectores, o PESOE 2021 não classifica quanto vai ao sector de água e quanto vai ao saneamento. Os níveis negativos de desvio acima de 10 pontos percentuais sobre o cumprimento das metas do PQG 2020 – 2024 sinalizam a insuficiência de recursos.

Relativamente aos indicadores Económicos e Sociais do Plano e Orçamento dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial, o PESOE 2023 retrata a construção de 1.474 fontes de água, contra 1.614 previstos em 2022, correspondente a um decréscimo de 8,7%, impulsionado pela Província da Zambézia com uma redução de 95,8 e Sofala com 38,5%, em contrapartida a província de Maputo apresenta um incremento de 200%, mostrando mais uma vez que as zonas urbanas tem sido as mais privilegiadas.

Cont.

É possível notar na Matriz do PESOE 2023 uma certa ambiguidade de onde serão efectivamente implementadas, visto que a definição da localização é colocada como de “âmbito nacional”, a título de exemplo temos as seguintes acções: (i) Construir e Reabilitar Infraestruturas de Água e Saneamento; (ii) Construir Infra-Estruturas de abastecimento de Água E Saneamento; (iii) Construir e Reabilitar Fontes Dispersas e Sistemas de Abastecimento de Agua; e (iv) Construir, Reabilitar e Expandir Sistemas de Água e Saneamento.

O Total de Orçamento destinado para o sector de água e saneamento para 2023 é no montante de 5.067 milhões de MT, no entanto, o valor das acções que constam na matriz é de 1.619,28 milhões de MT (apenas 32% do total), sendo 335,6 milhões de MT da componente interna e 1.283,6 da componente externa. É suposto a amostra apresentar informação sobre a maioria dos gastos previsto e não o contrário, a AR deve exigir maior detalhe dos gastos a serem feitos neste sector.

Agricultura e Desenvolvimento Rural

- ❑ Falta clareza sobre os mecanismos pelos quais o governo pretende alcançar o objectivo da fome zero.
- ❑ Adicionalmente, existe contradição entre o esforço orçamental e dimensão dos objectivos pretendidos na agricultura.
- ❑ A execução orçamental de vários projectos agrícolas é baixa e o orçamento alocado também é. Além disso, o alcance da fome zero num contexto em que se tem promovido a produção de culturas de rendimento maioritariamente para exportação, em projectos dependentes de financiamento externo, pode não contribuir muito para aumentar a produção alimentar que deveria ser orientada com o objectivo de aumentar a oferta de géneros alimentícios e reduzir a dependência do país em relação às importações visando a redução dos preços dos alimentos no mercado doméstico.

Cont.

Como se explica que o governo pretenda aumentar a produção e produtividade se, olhando para aquilo que são as culturas básicas do consumo como o arroz, por exemplo, a produtividade quase que estagnou, mesmo com os investimentos aparentemente feitos no âmbito do programa SUSTENTA? Aliás, como se explica que o SUSTENTA, que tem vindo a ser a bandeira da política agrária nacional nos últimos anos, quase que não é mencionado na proposta do PESOE?

Em relação aos objectivos de desenvolvimento sustentável, especificamente, fome zero e agricultura sustentável é questionável como do orçamento global o governo aloque apenas 2% da despesa pública total tendo em conta a dimensão e as necessidades da agricultura que, por um lado, emprega mais de 70% da população e, por outro lado, é essencialmente de subsistência baseada em práticas que minam a própria produtividade agrícola (e.g.: queimadas).

Educacao

Moçambique espera matricular um universo de 9.9 milhões de alunos, sendo que a maior parte vão para o ensino secundário. Para responder a este crescimento, projecta-se a admissão de 5.407 professores, na expectativa de assegurar o rácio aluno-professor de 61 no ensino primário do primeiro ciclo. E no ensino secundário? O número de professores a ser contratado é 4565 mais baixo que o contratado no ano passado. No entanto, o custo dessas contratações para o OE é de 217 milhões de meticais acima do que custou/ou estava previsto custar para contratar 9972 professores em 2022. Qual é a explicação?

Recomendacoes- Gerais

Revisão e definição de prioridades entre os objectivos macroeconómicos do governo. Por exemplo, a definição de prioridade entre o estímulo do emprego e crescimento económico ou a estabilidade do nível de preços e a consolidação fiscal;

Apresentação do enquadramento, do custo e espaço fiscal para a implementação da TSU e PAE;

Apresentação de um plano sobre como as receitas do gás irão contribuir para ampliar o espaço fiscal,

Clarificação da repartição das receitas do gás entre o orçamento público e o fundo soberano;

Clarificação de como a TSU contribuirá para o alargamento da base tributária, tendo em conta o contra-senso conceptual de tributar funcionários cujos salários provêm de impostos (para aumentar impostos);

Cont.

Despesa: aumento das despesas de investimento como forma de ampliar os activos dos Estado e suas fontes de arrecadação de receitas forma não sustentável. Aceleração das reformas e melhoraria da gestão das empresas públicas, visando torná-las mais eficientes e rentáveis de modo que se reduza os encargos financeiros que representam ao Estado;

Receita: ampliação da base tributária através do incentivo ao crescimento e desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas e diversificação das fontes de receitas do Estado através da melhoria dos meios de controlo e fiscalização da exploração de recursos minerais e florestais;

Dívida pública: elaboração e apresentação de acções/planos concretos para a redução da dívida pública (interna e externa) como forma de libertar recursos para a implementação outras despesas prioritárias a longo prazo.

Na agricultura e Desenvolvimento rural

Revisão da coerência dos objectivos pretendidos e as acções tomadas. Por exemplo, o alcance do objectivo fome zero e agricultura sustentável versus a promoção de culturas de rendimento e baixa execução das despesas de investimento na agricultura;

Definição de mecanismos que permitam aliviar aos agricultores em período de crise tendo em conta que as incertezas resultantes da conjuntura macroeconómica (e.g.: pandemia da COVID-19, guerra na Ucrânia) podem reduzir o fluxo recurso externos dos quais provem mais de metade do orçamento para o sector.

Fomento de culturas para produção de alimentação (e.g.: milho, feijão vulgar, feijão Nhemba, arroz, batata, tomate) visando a produção de mais alimentos e redução do custo de vida das famílias;

Apresentação de medidas mais concretas para aumentar a produtividade agrícola e industrialização das zonas rurais;

Apresentação de medidas que protejam o sector da agricultura das possíveis distorções provocadas pela entrada massiva de moeda estrangeira no âmbito da produção e exportação de gás, visto que a apreciação do cambial pode prejudicar as exportações deste sector.

Obrigada pela Atencao
Dispensada